

Após o 'milagre', medo e desesperança

Anos atrás, ocorreu o "boom". Agora, uma dívida enorme, uma inflação galopante e inquietudes civis são os problemas do País.

WARREN HOGE
DO N. Y. TIMES

Quando os militares brasileiros assumiram o poder, em 1964, o País estava mergulhado no caos econômico. A inflação atingia 94% ao ano. Grupos sindicais organizavam passeatas em massa e muitos dos cidadãos eram obrigados a viver na maior pobreza imaginável.

Mas os novos líderes tinham um plano para transformar o Brasil numa potência industrial. Eles diminuíram os gastos militares, construíram indústrias de exportação, contraram grandes dívidas — e ao mesmo tempo, reduziram drasticamente a

inflação. O País cresceu de forma rápida e furiosa — numa reviravolta econômica aclamada amplamente como "o milagre brasileiro".

As atuais consequências desse "milagre", contudo, se assemelham mais a um pesadelo. O Brasil se encontra em meio a uma profunda recessão, com mais de 20% de desempregados. O índice da inflação já atingiu o impressionante nível dos 127%. O País, principal devedor do mundo, com um total de US\$ 90 bilhões em aberto, está em vias de incapacidade de pagamentos. E, na medida em que os banqueiros mundiais tentam impor a maior austeridade, as ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo já estão se congestionando de trabalhadores irritados e em greve, protestando contra os cortes salariais.

Os líderes políticos brasileiros responsabilizam, principalmente, a recessão mundial por seus problemas; afinal, trata-se de um acontecimento que escapa ao seu controle. Mas, apesar dessas explicações, suas reputações mudaram: eles deixaram de ser considerados autores de milagres para serem tratados como pessoas que se fingem de doentes para fugir de suas obrigações. A posição do Brasil também mudou junto aos banqueiros internacionais: de cliente preferencial passou para o status de pária.

No entanto, para muitos empresários e financistas brasileiros, o problema está bem mais próximo. Mas eles não acusam o adonçado chefe de Estado, o general João Baptista Figueiredo. Em vez disso, muitos no Brasil responsabilizam o mais famo-

so economista do País, o ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto, pelo caos atual. Os mesmos empresários que deram saltos de alegria quando Delfim retornou ao cargo, em 1979, estão, agora, exigindo sua cabeça — e alguns acreditam que a conseguirão.

"SEM ESPERANÇA"

"O País está parado, aterrorizado e sem esperanças", disse Paulo Cunha, que está deixando o cargo de presidente da Associação Brasileira da Indústria Química, em uma recente reunião de líderes políticos e empresários, em São Paulo. Até mesmo Carlos Geraldo Langoni, presidente do Banco Central brasileiro, afirmou que o rumo que ele ajudou a moldar é "socialmente perverso e economicamente ineficiente".

Comentários desse tipo são uma novidade no Brasil, onde a fé no futuro e a convicção no destino do País faziam parte integrante do caráter nacional. Tratava-se de uma nação com aspirações ilimitadas, comparáveis apenas às suas dimensões territoriais. O Brasil tinha consciência de seu destino como gigante industrial, preparando-se para competir com os Estados Unidos e a Europa.

Entretanto, dias atrás essa orgulhosa nação mal conseguiu impedir uma incapacidade de pagamento de US\$ 400 milhões devidos ao Banco de Pagamentos Internacionais. O problema só pôde ser contornado quando a diretoria do BIS concordou em prorrogar o prazo por mais 45 dias. Isso tudo aconteceu um dia depois de o Brasil concordar com as

exigências do Fundo Monetário Internacional para acabar com a indexação de sua economia, atitude que deveria permitir a liberação de uma parcela de US\$ 411 milhões do empréstimo do FMI, que o País utilizava para saldar o débito junto ao BIS.

Aparentemente, a "humilhação" econômica do Brasil ocorreu rapidamente. Como consequência da crise do balanço de pagamentos, no ano passado, tanto do México quanto da Argentina, muitos banqueiros reduziram severamente todos os seus empréstimos aos países latino-americanos. E, assim, quando venceram os prazos para os pagamentos de dívidas, a única opção do Brasil foi apelar ao FMI e a outros organismos mundiais de financiamento, a fim de conseguir novos empréstimos para saldar as dívidas mais antigas.

Dívidas crescem com o 'boom' das estatais

Um papel central no atual drama brasileiro é desempenhado por Delfim Netto. Ele assumiu o leme da economia do País pela primeira vez em 1967, após ter tido bom desempenho como secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Um ano após assumir o cargo, ele conseguiu reduzir drasticamente a dívida de US\$ 1 bilhão da Capital paulista. Ex-professor da Universidade de São Paulo, Delfim Netto — com os jovens discípulos que levou consigo para o governo — adotou uma abordagem analítica e racional do seu trabalho, o que lhe granjeou comparações com o ex-secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, e seus "whiz kids" do Pentágono.

Sob Delfim Netto, o "milagre" brasileiro tornou-se uma realidade feliz: seis anos de crescimento real de 10% ao ano, em média. Mas aqueles também foram os anos da mais severa repressão no atual ciclo de governos militares brasileiros. E Delfim Netto tinha a liberdade de trabalhar sem que suas atividades fossem examinadas pela imprensa e o público e, também, sem a ameaça de agitações trabalhistas que existem hoje.

Com os meios de comunicação censurados e os opositores políticos exilados ou com seus direitos cassados, ninguém podia questionar abertamente os enormes empréstimos externos que alimentavam essa expansão a todo vapor. Muitas coisas aconteceram sem que fossem noticiadas: o poder aquisitivo das classes de menor renda diminuiu durante aquele período de enriquecimento; a corrupção governamental cresceu de forma incontrolada e a quantidade de recursos emprestados que foi canalizada para o desenvolvimento da infraestrutura era muito inferior ao que Delfim Netto afirmava.

Em 1973, a dívida externa brasileira tinha alcançado o nível de US\$ 12,6 bilhões, três vezes mais do que quando Delfim Netto assumiu o cargo de ministro da Fazenda. Porém essa cifra — bastante elevada para os padrões da época — mal chegou a ser percebida porque, no mesmo ano, o Brasil conseguiu quebrar todos os seus recordes de crescimento anual, chegando à casa dos 14%.

Nesse meio tempo, a comunidade financeira também ignorava que, em 1973, os preços internacionais do petróleo quadruplicaram — e o Brasil estava importando 80% do petróleo que consumia. Sem abrir os olhos para as consequências disso, o Brasil permitiu que seu consumo de petróleo aumentasse mais de 40% entre 1973 e 1979. Os bancos internacionais, procurando um lugar onde investir os seus grandes depósitos em petrodólares, consideravam favoravelmente o país latino-americano, o qual dava a impressão de levar o desenvolvimento a sério, com um governo controlado pelos militares e que parecia ser estável.

GIGANTISMO

Ernesto Geisel, o quarto general consecutivo a governar o Brasil, assumiu a Presidência em 1974 e deu início a uma série de gigantescos projetos industriais que os banqueiros mundiais estavam mais do que dispostos a financiar, entre os quais estavam o metrô do Rio de Janeiro; duas enormes usinas siderúrgicas; um acordo nuclear de oito usinas e de US\$ 30 bilhões, assinado com a Alemanha Ocidental; e a maior hidrelétrica na fronteira sul do País, que custou US\$ 18 bilhões.

As posições originalmente conservadoras que os militares tinham a respeito de uma reduzida presença

estatal na indústria deram lugar a um desejo de centralizar o poder econômico e, no decorrer dos anos 70, enorme quantidade de empresas estatais — com nomes sonoros, geralmente terminados em "brás" — foi criada ou fortalecida. Em 1982, elas representaram 70% dos gastos de investimento do governo, empregavam cerca de 1,4 milhão de pessoas, responderam por quase metade da produção nacional de mercadorias e serviços — além de serem um dos principais problemas da Nação.

Os mais altos escalões das empresas estatais foram preenchidos por oficiais militares da reserva, aos quais eram oferecidas mordomias generosas e imaginativas. Os funcionários recebiam bonificações simplesmente por aparecerem regularmente no trabalho, além de compartilharem de lucros anuais até mesmo de empresas estatais que não se mostravam rentáveis.

Essas "franchises" ineficientes tornaram-se os principais empecilhos do Exterior e os maiores geradores dos déficits públicos — uma das preocupações básicas da missão de técnicos do FMI que esteve recentemente em Brasília e que tem feito campanha por grandes cortes nas despesas das empresas estatais.

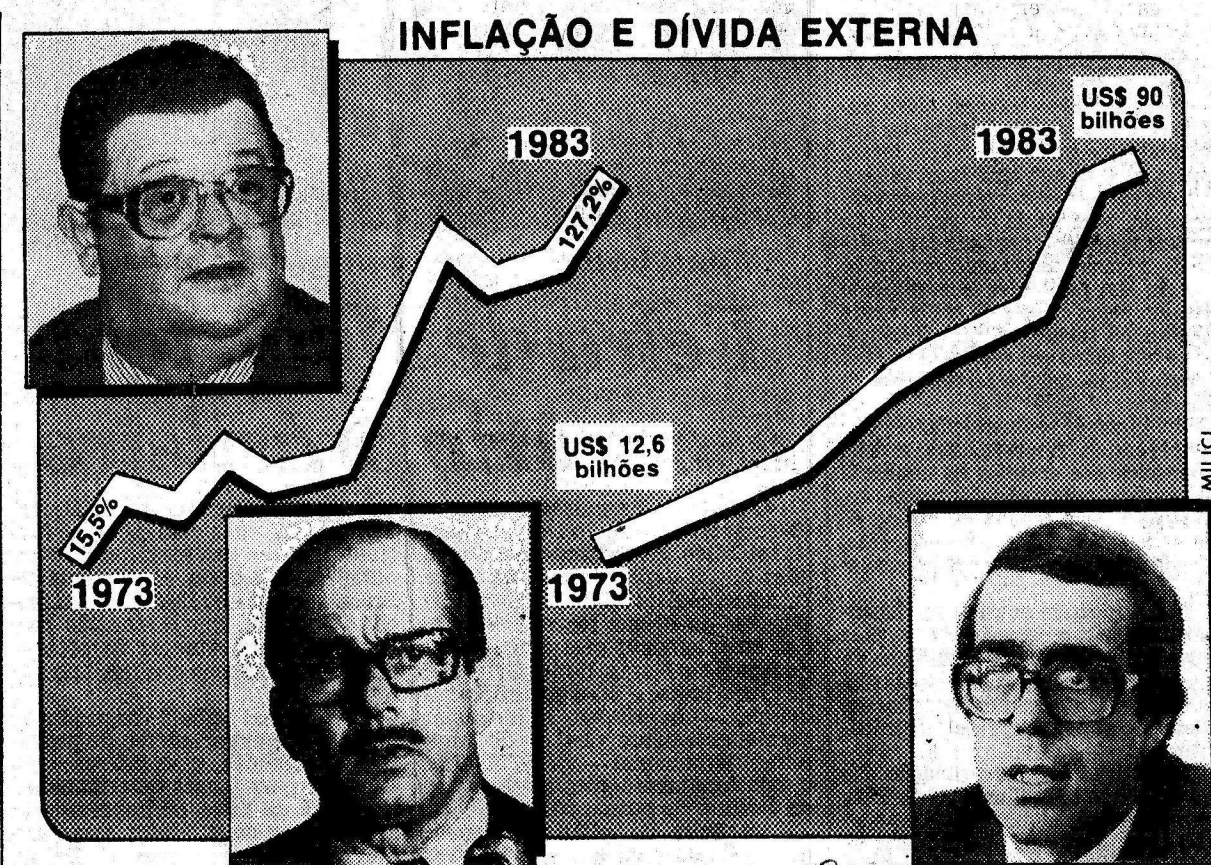
Dois terços da dívida brasileira foram contraídos com taxas flutuantes de juros e "spreads" de até 2,25 pontos percentuais acima da taxa interbancária de Londres (Libor) foram pagos para garantir prazos de até oito anos nos empréstimos. O aumento das taxas de juros que teve início três anos atrás elevou a conta anual dos serviços da dívida brasileira acima de US\$ 10 bilhões em 1982. Cada alta de um ponto percentual nos juros custa ao Brasil um total de US\$ 450 milhões por ano.

Quando o general Figueiredo assumiu a Presidência, em março de 1979, estava claro que o País tinha exagerado nos seus investimentos. Mesmo assim, um último grande projeto — uma operação de extração mineral (Carajás) — recebeu luz verde, a um preço calculado em US\$ 61 bilhões.

Delfim Netto, que tinha deixado o governo em 1974, reapareceu no governo de Figueiredo em princípios de 1979, no cargo de ministro da Agricultura. Mas, em setembro daquele mesmo ano, ele já tinha reconquistado a liderança da equipe econômica, como ministro do Planejamento.

Delfim revogou as medidas que pretendiam refrear a expansão e disse que a indústria deveria reacender todos os seus fogos. Mas o seu programa provocou uma inflação incontrolável e ele logo passou a aconselhar certa desaceleração. O governo, no entanto, não breiou seus investimentos nas empresas estatais, os quais cresceram 7,2% em 1981 e 6% no ano passado.

Enquanto isso, o País ficou estrangulado entre as elevadas taxas de juro e a fraca demanda dos mercados externos. Mesmo assim, ele ainda conseguia garantir os empréstimos necessários para fechar seu balanço de pagamentos todos os anos. Depois, em 1982, ocorreram as crises quase simultâneas no México e na Argentina. Os bancos regionais, que representavam a base dos empréstimos sindicalizados do Brasil, resolveram fechar os seus livros para todos os países latino-americanos. Em setembro, o País viu-se numa crise de fluxo de dinheiro vivo e, pouco tempo depois, tinha gasto todas as suas reservas.



Antes, vilões eram só os outros

O Brasil chegou, efetivamente, a interromper todos os seus pagamentos de dívidas em dezembro e encontra-se, agora, com um atraso de US\$ 1,4 bilhão. Sua atual meta é renegociar os débitos sem ter de declarar uma moratória formal, que seria o equivalente a uma incapacidade de pagamentos. É evidente que os bancos ocidentais que concederam tantos empréstimos ao Brasil também têm um interesse na solução dessa questão.

As atuais preocupações brasileiras representam uma dramática inversão de papéis entre o Brasil e o México. Este tradicionalmente considerado pelos banqueiros internacionais como "a criança-problema" entre os países latino-americanos, enquanto o Brasil, durante anos, era tido como o modelo do desenvolvimento econômico, um país que honrava a palavra dada e que pagava suas contas. Sob o ângulo político, ele também era visto de maneira favorável por causa do plano de realizar eleições diretas em 1985.

Quando a crise mexicana irrompeu, em agosto do ano passado, o Brasil e seus grandes credores pediram à comunidade bancária que não confundisse a forma louvável com que o País lidava com sua economia com os hábitos periculários dos mexicanos. Ambos os países tinham dívidas de quase US\$ 90 bilhões, mas o México havia contraído enormes empréstimos de curto prazo, no total de US\$ 24 bilhões, ao passo que os débitos de curto prazo do Brasil eram de apenas US\$ 8 bilhões.

Mas, hoje, o México está agindo dentro dos termos de um programa de austeridade aprovado pelo FMI, ao passo que os brasileiros não conseguiram cumprir as condições estipuladas pelo Fundo. E, por mais de um mês, o organismo bloqueou a segunda parcela de US\$ 411 milhões de um crédito de três anos e US\$ 4,9 bilhões, prometido por um acordo de empréstimo stand by assinado em fevereiro, a qual seria utilizada para pagar a dívida junto ao BIS.

"Nos velhos tempos, eram sempre os mexicanos, os argentinos e os demais países sul-americanos que eram considerados irresponsáveis", declarou um economista estrangeiro no Rio de Janeiro. "Agora, os brasileiros é que causam temores."

O único ponto positivo e brilhante em seu atual desempenho é um superávit comercial de seis meses no valor de US\$ 2,95 bilhões, cifra que se encaixa na promessa feita ao FMI de alcançar um saldo comercial positivo de US\$ 6 bilhões, até o final do ano. Esse superávit, no entanto, deve-se, em grande parte, a uma queda

de 28,3% nas importações e a uma desvalorização de 30% do cruzeiro em fevereiro, o que serviu para estimular ainda mais a inflação.

Pouco depois do seu acordo com o fundo, em fevereiro, o Brasil assinou um programa de quatro parâmetros em Nova York com os seus credores internacionais, que incluía um empréstimo-jumbo de US\$ 4,9 bilhões, a reprogramação de US\$ 4,7 bilhões em amortizações previstas para este ano, a restauração de linhas de crédito interbancário ao nível de US\$ 7,5 bilhões e mais US\$ 9 bilhões em créditos comerciais de curto prazo.

Essas negociações foram conduzidas por Delfim Netto, Carlos Langoni e pelo terceiro membro da "troika" que conduz a política econômica do País, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães. No ambiente doméstico, uma série de ineficientes "pacotes" de medidas corretivas diminuiu a credibilidade da "troika" diante da opinião pública há algum tempo, mas ela continuava gozando de boa reputação junto à comunidade bancária internacional até este ano. Porém, os banqueiros estão se queixando, agora, de que receberam da "troika" estatísticas que os conduziram a conclusões errôneas.

Os negociadores do FMI exigem medidas para reduzir a inflação e pedem cortes mais profundos nos gastos estatais, em troca da liberação do dinheiro devido ao Brasil, segundo o acordo assinado em fevereiro. Num relatório interno de trabalho, conseguido pelo jornal O Estado

de S. Paulo, os diretores do fundo calcularam que o Brasil terá de voltar ao mercado para conseguir um empréstimo-jumbo no valor de US\$ 3 a 4 bilhões, para poder fechar o balanço de pagamentos deste ano.

Isso serviu para deflagrar especulações de que uma nova equipe econômica terá de ser nomeada para reconquistar a confiança dos banqueiros estrangeiros. Numa avaliação da atual administração, que foi incoerentemente franca para uma declaração pública, o banqueiro Yves Laulan, da Société Générale da França, disse à revista *Veja*, que o "Brasil tem uma capacidade extraordinária de nos contar coisas inacreditáveis". "O que foi que aconteceu nestes últimos anos? Delfim e Langoni nos contam fábulas. Por exemplo, eles anunciam que a inflação será reduzida e ela aumenta. Todas as vezes, é o contrário do que eles dizem que acontece. Nós temos uma grande confiança na capacidade do País, mas a falta de credibilidade é total", acrescentou.

Delfim Netto respondeu aos seus críticos numa entrevista radiofônica em São Paulo. "O mundo todo está devendo entre 700 e 800 bilhões de dólares", disse. "Por que é que o México, a Argentina e mais 25 a 30 outros países foram procurar ajuda junto ao FMI, no decorrer dos últimos 10 ou 11 meses? Será que foi só por causa de uma má administração? Será possível que todos esses países tenham um Delfim Netto, que cada um deles tenha o seu próprio Delfim Netto?"



Apesar das queixas, Figueiredo mantém confiança em Delfim

Os bancos, no "olho" do furacão

KENNETH N. GILPIN

Durante as últimas seis semanas, os bancos comerciais, junto aos quais o Brasil tem mais de 55 bilhões de dólares de dívidas em aberto, se encontraram no "olho" do furacão. Este período contrasta fortemente com a época frenética do último inverno, quando foram necessárias semanas de trabalho com 80 horas para se organizar um plano de resgate multibilionário em quatro partes.

"Nós estamos num período de esperar para ver o que acontece", disse um banqueiro nova-iorquino, acrescentando: "Nada será feito em termos de um crédito a médio prazo, enquanto o Fundo e o Brasil não chegarem a um acordo".

Os bancos, cujos fornecimentos de empréstimos dependem da aprovação, por parte do Fundo Monetário Internacional, da política econômica do Brasil, estão esperando desde fins de maio para que o FMI e o País cheguem a um acordo quanto aos novos critérios de performance da economia. Mas, com um acordo programado para segunda-feira, o período de espera está praticamente no fim.

Em alguns aspectos, esse período de calma foi benéfico para os bancos, que tiveram problemas em realizar uma parte do programa de quatro pontos acertado com o Brasil. Em outro sentido, este período não foi positivo. "Este não foi um bom período para os bancos", afirmou um banqueiro. "O Fundo e os bancos bloquearam as parcelas dos empréstimos e os atrasos se acumularam. Isto não é uma coisa boa, pois faz com que o País viva da mão para a boca", acrescentou.

NOVO ENFOQUE

Do ponto de vista burocrático, o atraso foi benéfico. A decisão do Fundo Monetário Internacional em suspender os pagamentos das parcelas do empréstimo até ter examinado a atual situação econômica do Brasil coincidiu com um reconhecimento, por parte dos bancos, de que eles também estavam necessitando adotar um enfoque diferente.

O que no início tinha sido um programa de quatro partes, com quatro bancos diferentes encabeçando cada um dos esforços, acabou sendo consolidado sob a direção do Citibank e do seu especialista latino-americano, o vice-presidente William R. Rhodes. Os bancos, que tinham estruturado o seu programa original tomando como base dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Brasil, estão agora desempenhando um papel mais ativo, para determinar qual o volume de recursos adicionais de que o País vai precisar. "Em dezembro último, quando irrompeu a crise brasileira, nós estávamos preocupados com uma série de outras coisas, principalmente com o México", disse outro banqueiro.

Ninguém sabe quanto dinheiro novo será necessário, mas as estimativas são grandes. William R. Cline, do Instituto de Economia Internacional, em Washington, diz que o Brasil irá necessitar de um crédito adicional de 3,5 bilhões de dólares este ano e de mais quatro bilhões de dólares em 1984.



Com Geisel, centralização e ênfase para obras faraônicas

As acusações ao 'superministro'

Houve tempos em que os cartunistas vestiam sua figura obesa com roupas do "Super-Homem" e com botas e chapéus de cowboy, pronto a impor a ordem no faroeste. Hoje, entretanto, os membros do Congresso gritam "mentiroso" quando ele aparece no plenário para defender o plano econômico do governo.

Antônio Delfim Netto tem sido o todo-poderoso ministro do Planejamento no Brasil durante um total de dez anos, e o seu destino acompanhou o da economia abalada que ele administrou. Ele, que noutros tempos foi considerado como o causador do milagre, é agora responsabilizado pessoalmente pelos brasileiros pelos momentos difíceis que estão enfrentando.

Sua reação característica às crí-

ticas tem sido a de expressar uma convicção completa no seu próprio curso de ação; mas essa atitude de blefe fez com que ele se envolvesse em dificuldades nos últimos anos, na medida em que sucessivas mudanças de políticas não conseguiram atingir as metas que pretendia conseguir.

Esse ex-professor de Economia, de 55 anos, é brilhante e autoconfiante, numa mistura que pode ser qualificada até de arrogante. Uma parte da frustração dos legisladores em relação a ele se deve ao fato de eles não o conseguirem vencer num debate.

Após ter administrado os assim chamados anos do milagre da economia brasileira de 1968 a 1973, ele foi

recompensado com o cargo de embaixador na França. Seus três anos em Paris ficaram encaixados entre duas tentativas frustradas de persuadir os militares governantes a nomeá-lo governador do Estado de São Paulo.

Atualmente, ele é o homem mais controverso da vida pública brasileira, uma figura do tipo Henry Kissinger, com uma parte do fascínio do ex-secretário de Estado norte-americano, além do seu lado cosmopolita da vida e do seu prazer pela aventura.

No último fim de semana ele desapareceu de Brasília, tomando o cuidado de deixar seu carro e seu motorista estacionados diante do palácio presidencial como disfarce e instruindo seus auxiliares a manter

secreto o seu paradeiro. A imprensa brasileira procurou por ele e, finalmente, conseguiu encontrá-lo na noite de domingo saindo do Anabel's em Londres. Na segunda-feira, ele estava de volta ao Brasil e até sexta-feira não tinha ainda revelado os motivos que o levaram à Europa.

Quase todos parecem ter queixas a respeito dele nestes dias, mas ele continua gozando da confiança do único homem capaz de fazer alguma coisa: o presidente João Baptista Figueiredo. Delfim Netto também tem uma certa segurança de trabalho devido ao fato de não existirem muitos candidatos interessados em assumir a função de administrar a economia brasileira, que tem poucas perspectivas de melhorar dentro de um futuro próximo.